POLÍTICA EDUCACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: DE CRECHES À CMEI NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA BA

Cristiane Conceição de Sousa
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,Paraíba
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-8368-4931
Endereço Eletrônico: gestoresvc@gmail.com

Jorge Fernando Hermida Aveiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1963-4639
Endereço Eletrônico: professorjorgefernandohermida@gmail.com

Palavras-chave: PIBID; educação inclusiva; educação infantil; prática pedagógica; democracia.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais para a Educação Infantil são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança e a garantia de direitos, sendo tema central nos debates acadêmicos e sociais. Nesse campo, destaca-se a diferença entre creches e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), instituições essenciais, porém com concepções distintas de infância e educação. Romanowski e Ens (2006) apontam que as políticas públicas devem considerar as especificidades das crianças e as demandas locais, onde essa distinção influencia diretamente as práticas pedagógicas. Complementando, as autoras supramencionadas ressaltam que compreender tais diferenças é crucial para qualificar o debate e as decisões políticas. Silva e Carvalho (2014) destacam a importância de analisar não apenas a estrutura das instituições, mas também os efeitos das políticas no desenvolvimento infantil. Rosemberg (2010) traz uma visão crítica sobre as desigualdades na Educação Infantil e o papel das políticas públicas na busca pela equidade.

Diante desse contexto, este trabalho revisa a literatura sobre "Políticas Educacionais para a Educação Infantil: de Creches a CMEIs no Município de Vitória da Conquista". O objetivo é analisar criticamente a organização e as lacunas das políticas, fundamentando uma pesquisa de alta consistência teórica e metodológica. Para isso, foi realizado um levantamento do estado da arte, conceito de Brandão, Baeta e Rocha (1986), que consiste em mapear o conhecimento científico existente para identificar avanços, lacunas e orientar futuras investigações. Esse estudo permitiu situar a pesquisa no contexto estadual e municipal, ressaltando a importância de aprofundar os estudos no âmbito local para contribuir com o avanço acadêmico e social na área da Educação Infantil.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou a metodologia de Estado da Arte, uma revisão bibliográfica fundamental para mapear e analisar as produções acadêmicas relacionadas à política educacional para a Educação Infantil, especialmente sobre a transição de creches para Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) no município de Vitória da Conquista. O Estado da Arte, conforme Brandão, Baeta e Rocha (1986), permite identificar o que já foi pesquisado, as lacunas existentes e orientar a construção de um referencial teórico consistente.

Para a coleta de dados, foram utilizados descritores como "Educação Infantil", "Política Educacional", "Creche" e "CMEI", aplicados com filtros de marco temporal entre 2014 e 2024, visando garantir a atualidade das fontes e a relevância para a pesquisa. Inicialmente, a busca ampla com o descritor "Educação Infantil" retornou muitos resultados, posteriormente refinados pela inclusão dos descritores "Política Educacional" e "Creche/CMEI", reduzindo significativamente o número de estudos pertinentes. Após um processo de seleção para a construção da pesquisa, na tentativa de identificar produções com temáticas próximas, igual ou muito próximas, analisou-se os títulos e resumos e seis trabalhos foram escolhidos, dos quais dois foram excluídos por não abordarem diretamente o foco da pesquisa, restando quatro dissertações para análise detalhada das autoras Mascarenhas (2015), Carvalho (2019), Soares (2017) e Batista (2018).

A análise desses trabalhos considerou objetivos, metodologias e fundamentações teóricas. Destacaram-se pesquisas que adotaram o Materialismo Histórico-dialético como marco epistemológico, especialmente em pesquisas de Saviani (2012), cuja pedagogia histórico-crítica embasa a compreensão das políticas públicas educacionais a partir do desenvolvimento histórico e das condições materiais da existência humana. Também foram relevantes os estudos de Rosemberg (2002; 2010), que abordam as políticas públicas na Educação Infantil, especialmente no que tange às desigualdades e à equidade no campo educacional.

Todo o processo seguiu as diretrizes éticas na pesquisa acadêmica, utilizando fontes publicadas e respeitando os critérios de seleção que evitam vieses e garantem a confiabilidade dos dados. Dessa forma, a metodologia proporcionou um levantamento abrangente e crítico do conhecimento existente, fundamental para embasar a pesquisa sobre as políticas educacionais voltadas à primeira infância em Vitória da Conquista - BA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das quatro dissertações analisadas indicam que a pesquisa em políticas educacionais, especialmente na área da Educação Infantil, é complexa e demanda modelos teóricos sólidos para análise, conforme destacado por Mascarenhas (2015) e Carvalho (2019). Ambos enfatizam a importância da pesquisa avaliativa contextualizada historicamente para compreender a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, consolidado na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394 de 1996 (Brasil,1996).

Mascarenhas (2015) evidencia a trajetória assistencialista das creches, associada às lutas das mulheres por creches como direito social, e destaca o impacto das reformas dos anos 1990 e a influência do Banco Mundial, além do papel do Fundeb a partir de 2006 no financiamento da Educação Infantil, com dados específicos sobre o Proinfância na Bahia e no Sertão Produtivo, mostrando os desafios de implementação e avaliação dos programas.

Soares (2017) complementa essa análise ao investigar os discursos presentes nos Planos Municipais de Educação de Vitória da Conquista, revelando a persistente desigualdade no

acesso à creche em contraste com a priorização da pré-escola. A autora utiliza teóricos foucaultianos para discutir as tensões entre discursos democráticos e neoliberais, ressaltando a interferência de organismos internacionais na formulação das políticas públicas da Educação Infantil no Brasil e a importância da governabilidade.

Batista (2018), por sua vez, traz um recorte histórico importante sobre a institucionalização da Educação Infantil como política pública a partir da Constituição de 1988 e enfatiza a relevância do Movimento de Luta Pró-Creche, constituído majoritariamente por mulheres trabalhadoras, cuja organização foi fundamental para a conquista das creches enquanto direito social. O estudo evidencia a relação entre movimentos sociais e políticas públicas, destacando que a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios.

A convergência dos estudos mostra que a Educação Infantil no Brasil tem uma base normativa sólida, mas enfrenta dificuldades práticas relacionadas a desigualdades regionais e socioeconômicas, limitações no financiamento e tensões políticas entre diferentes modelos de gestão pública e influências externas. As contribuições teóricas e empíricas apontam para a necessidade de fortalecer a participação social e aprimorar os mecanismos de avaliação e implementação das políticas para garantir o acesso universal à Educação Infantil, especialmente no atendimento à creche, que permanece como um desafio relevante.

CONCLUSÕES

As pesquisas discutem a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, destacando avanços legais e lutas sociais, apontam desigualdades no acesso, influências neoliberais e desafios na implementação de políticas e ressaltam a necessidade de avaliação contínua, equidade e fortalecimento da participação social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Zaia; Baeta, Anna Maria Bianchini; Rocha, Any Dutra Coelho da. **Evasão e repetência no Brasil:** a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BATISTA, Elane Silva. **Política Públicas de creches da SEMED em Manaus:** organização do atendimento e da oferta no sistema ensino público do município. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6360. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARVALHO, Leila Lôbo de. **Da estrutura física à organização pedagógica:** o potencial transformador do Proinfância. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/06/LEILA-LÔBO-DE-CARVALHO.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

MASCARENHAS, Maraisa Silva. **Gestão da Educação Infantil:** o olhar das diretoras sobre instituição públicas no Município de Vitória da Conquista - BA. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória Da Conquista, 2015. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2016/ 10/MARAISA-SILVA-MASCARENHAS.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, n. 19, set/dez., 2006, p. 37-50. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176. Acesso em: 15 ago. 2025.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/PJ9b3xz5MFWFgh6TFLz7Tzh/abstract/?lang=pt.Acesso em: 13 ago. 2025.

ROSEMBERG, Fúlvia. E Educação Infantil pós-Fundeb: avanços e tensões. *In:* SOUZA, Gizele de. (org.). **Educar na infância:** perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **O Estado da Arte das pesquisas educacionais sobre gênero e Educação Infantil:** uma introdução. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648. Acesso em: 12 ago. 2025.